



Estado de Roraima

Procuradoria-Geral do Estado

Concurso Público

Cargo: Procurador do Estado

Caderno de Prova Discursiva

Aplicação: 14/3/2004

TARDE



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinco** questões correspondentes à prova discursiva e **cinco** páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as folhas de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 8 Não será avaliado texto definitivo escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou nas folhas de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **15/3/2004** – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **16 e 17/3/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **1.º/4/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado de Roraima e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 14 do Edital n.º 1/2004 – PGRR, de 16/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA

- Nas questões a seguir — que valem **dois** pontos cada uma —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de **TEXTOS DEFINITIVOS** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
- Obedeça ao limite de extensão determinado. Em cada questão da prova discursiva, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito na página de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos da prova discursiva**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos com assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Suponha que, na Constituição de determinado estado da Federação, seja estabelecido, textualmente:

Art. 46. O Tribunal de Contas, integrado por 7 conselheiros, tem sede na capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o estado, observado o disposto no art. 235, inciso III, da Constituição da República.

§ 1.º Os conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam aos seguintes requisitos:

- I ter mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade;
- II possuir idoneidade moral e reputação ilibada;
- III apresentar notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- IV ter mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2.º Os conselheiros do Tribunal de Contas do estado serão escolhidos:

- I um terço, pelo governador do estado, de sua livre escolha, indicados alternadamente entre os auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, cujos nomes constarão em lista tríplice, segundo o critério de antiguidade e merecimento;
- II dois terços, pela Assembléia Legislativa.

Com base na situação hipotética acima apresentada e à luz da jurisprudência e da doutrina, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- < natureza do ato de nomeação de conselheiro do Tribunal de Contas do estado;
- < necessidade, ou não, de comprovação do atendimento das exigências constitucionais para nomeação de conselheiro de Tribunal de Contas;
- < possibilidade de controle do ato de nomeação pelo Poder Judiciário.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Aldo, devedor do fisco, no valor de R\$ 300.000,00, com débito inscrito em dívida ativa, pretendendo furtar-se ao pagamento, alienou imóvel de sua propriedade, no valor de R\$ 500.000,00, em dezembro de 2002. A Fazenda Pública, em fevereiro de 2003, propôs execução contra Aldo, pleiteando a penhora do imóvel em questão, sob a alegação de que a venda se dera em fraude à execução, presumida nos termos do art. 185 do Código Tributário Nacional.

Em face da situação hipotética acima relatada, redija um texto dissertativo que responda de forma fundamentada aos seguintes questionamentos:

- < A inscrição de débito em dívida ativa representa início da fase de execução do crédito tributário?
 - < A venda de bem de devedor do fisco em dívida ativa constitui fraude à execução? Em caso positivo, como esta se caracteriza?
 - < Como poderá a Fazenda Pública fazer que o bem seja alcançado pela penhora?
 - < Poderia a Fazenda Pública ter tomado alguma providência cautelar para evitar a alienação do bem?
-

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Considerando a legislação penal pátria, redija um texto dissertativo acerca da imputabilidade penal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- < causas de exclusão da imputabilidade penal;
 - < efeitos da imputabilidade e da semi-imputabilidade penais.
-

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Após dois anos e meio de serviços prestados na condição de gerente de uma empresa de armazenagem de grãos, sediada na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, João Paulo foi dispensado por justa causa. Justificando a atitude, alegou a empresa empregadora que João Paulo — negligenciando em suas atividades, ao descumprir as rotinas de verificação dos grãos — fora o responsável pela perda de vinte toneladas de soja, que estavam armazenadas em um dos silos da empresa. O fato teve grande repercussão na comunidade local, em razão da disputa judicial que se seguiu entre a empresa empregadora e o proprietário da soja estragada. Irresignado, João Paulo ingressou em juízo, buscando afastar a justa causa aplicada e receber as verbas devidas por rescisão imotivada e indenização por dano moral. A ação foi proposta na cidade de Porto Velho, em Rondônia, local em que João Paulo passou a residir e em que havia uma das filiais da ex-empregadora. Comparecendo em juízo, além de excepcionar a competência territorial daquele órgão, propôs a empresa reconvenção em face do ex-empregado, buscando a reparação do prejuízo causado. Rejeitada a exceção de incompetência, as partes prestaram depoimentos, sendo encerrada a instrução sem a produção de outras provas. Ao decidir o conflito, o magistrado rejeitou a justa causa alegada, deferiu as verbas pretendidas na reclamação e julgou improcedente o pleito reconvenicional.

Diante dos fatos hipotéticos acima descritos, exponha, na condição de advogado da empresa, as razões que podem autorizar a retificação do julgamento primário, manifestando-se, necessariamente, sobre os seguintes aspectos:

- < critérios para a definição da competência territorial das varas do trabalho;
- < resolução contratual e critérios para o seu reconhecimento;
- < reparação de dano causado pelo empregado.

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O Sistema Tributário Nacional foi sistematizado pela Constituinte de 1988, objetivando exaurir ao máximo a faculdade-dever do Estado na atividade tributária. Entre os diversos institutos regradados, tem-se a imunidade e a isenção.

Em face do tema acima, redija um texto dissertativo acerca dos institutos enumerados — imunidade e isenção. No seu texto, identifique e defina as diferenças e a natureza jurídica de cada um, bem como delimite o campo de abrangência para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

RASCUNHO – QUESTÃO 5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	